



Disponível em

www.univali.br/revistaturismo

Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 10, nº 03.
p. 357 – 378, set/dez. 2008

TURISMO COMUNITÁRIO

Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento

Guilherme P. de Araújo ¹
araujo600@yahoo.com.br

Daniele Lima Gelbcke ²
dani_limag@yahoo.com.br

Data de Submissão: 03/03/2008

Data de Aprovação: 23/11/2008

¹ Bacharel em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciado em Sociologia - Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Agroecossistemas - Universidade Federal de Santa Catarina. Vínculo Institucional atual: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina.

² Engenheira Agrônoma – Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Geografia - Universidade Federal de Santa Catarina. Vínculo Institucional atual: Associação Acolhida na Colônia.

TURISMO COMUNITÁRIO: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento

RESUMO

O presente artigo focaliza o Turismo Comunitário, em uma abordagem baseada no Desenvolvimento Territorial Sustentável e suas possibilidades em áreas degradadas em termos socioprodutivos. Sugere-se que este enfoque fornece subsídios à consolidação gradual de um estilo de desenvolvimento ético capaz de contrabalançar os efeitos da crise socioambiental. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir as perspectivas do turismo comunitário no quadro do “mau desenvolvimento”, onde a hegemonia da economia capitalista induz padrões de consumo que reforçam as diferenças sociais e econômicas, diminuem a diversidade cultural, dificultam as iniciativas endógenas e se apropriam dos recursos naturais. A partir da apresentação de duas experiências - uma com agricultores das encostas da Serra Geral e outra com comunidades de pescadores tradicionais da Lagoa de Ibiraquera, ambos os casos em SC -, delineiam-se as principais entraves e perspectivas do turismo comunitário, destacando-se: a necessidade de apoio e cooperação com outros setores sociais; o esforço conjunto entre poder público, instituições de ensino e pesquisa e sociedade civil; além de uma mudança paradigmática nos níveis da economia, da política, da educação, da ciência e da tecnologia, ou seja, uma mudança relativa à sociedade de consumo.

Palavras-chave: Turismo Comunitário; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Ética do Desenvolvimento.

COMMUNITY TOURISM: An ethical and educational perspective of development

ABSTRACT

This article focuses on Community Tourism, in an approach based on Sustainable Territorial Development and its possibilities in degraded areas, in socioproductive terms. It suggests that this approach provides subsidies for the gradual consolidation of a style of ethical development that is capable of offsetting the effects of the socioenvironmental crisis. Accordingly, the objective of this work is to discuss the prospects of Community Tourism in the framework of "bad development", where the hegemony of the capitalist economy induces patterns of consumption that reinforce the social and economic differences, decrease the cultural diversity, make endogenous initiatives difficult, and exploit the natural resources. Based on a presentation of two experiences - one with farmers of the slopes of Serra Geral and the other with communities of traditional fishermen of the Ibiraquera Lagoon, both in Santa Catarina - it outlines the main obstacles and prospects of Community Tourism, highlighting: the need for support and cooperation with other social sectors; a joint effort by the public authorities, educational and research institutions, and civil society; and a change of paradigm in the level of the economy, politics, education, science and technology, i.e. a change in relation to the consumer society.

Key words: Community Tourism; Sustainable Territorial Development; Ethics of the Development

TURISMO COMUNITARIO: Una perspectiva ética y educativa de desarrollo

RESUMEN

El presente artículo enfoca el Turismo Comunitario con un abordaje basado en el Desarrollo Territorial Sostenible y sus posibilidades en áreas degradadas en términos socioproductivos. Se sugiere que este enfoque proporciona subsidios a la consolidación gradual de un estilo de desarrollo ético capaz de compensar los efectos de la crisis socioambiental. En ese sentido, el objetivo de este trabajo es debatir las perspectivas del turismo comunitario en el marco del “mal desarrollo”, donde la hegemonía de la economía capitalista induce modelos de consumo que refuerzan las diferencias sociales y económicas, disminuyen la diversidad cultural, dificultan las iniciativas endógenas y se apropian de los recursos naturales. A partir de la presentación de dos experiencias - una con agricultores de las laderas de la Serra Geral y otra con comunidades de pescadores tradicionales de la Laguna de Ibraquera, ambos casos en Santa Catarina -, se delinean las principales trabas y perspectivas del turismo comunitario, destacándose: la necesidad de apoyo y cooperación con otros sectores sociales; el esfuerzo conjunto entre poder público, instituciones de enseñanza e investigación y sociedad civil; además de un cambio paradigmático en los niveles de la economía, de la política, de la educación, de la ciencia y de la tecnología, o sea un cambio relativo a la sociedad de consumo.

Palabras clave: Turismo Comunitario; Desarrollo Territorial Sostenible; Ética del Desarrollo.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é produto simultâneo do ócio e do trabalho. É produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, mas restritas a poucos. Ele se tornou um novo setor da economia mundial e uma prática social a partir da segunda metade do século XX com a expansão do capitalismo, do desenvolvimento das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre. Desde então vem passando por transformações que acompanham as tendências da economia mundial. A mais importante, ocorreu na Europa da pós-segunda guerra em razão do cenário econômico e social que favoreceram a melhoria do nível de renda da população e a conquista das férias remuneradas por parte dos trabalhadores. Segundo Rodrigues (1996, p. 109), o tempo livre foi apropriado e transformado em mercadoria pela sociedade de consumo, perdendo sua qualidade de tempo social, i.é, "um tempo criador de novas relações sociais carregadas de novos valores, (...) um tempo não apenas vivido, mas também institucionalizado pelos indivíduos e grupos sociais". "A idéia de lazer-consumo tornou-se de tal forma presente na vida das pessoas que este tempo livre, que deveria ser o tempo do exercício da liberdade, foi convertido no melhor exemplo de dependência cultural" (GONZÁLEZ LLACA *apud* GALLERO, 1996).

O modelo de turismo deste período recebeu influência do modo de produção fordista na medida em que gerou produtos padronizados e simplificados. Um exemplo foi a concentração da atividade em pólos turísticos, acessíveis a um grande número de pessoas e pouco individualizados. Ocorreram algumas conseqüências, como o retorno econômico insignificante para as populações autóctones; a poluição visual e degradação dos ambientes turísticos devido ao aglomerado de construções; a falta de serviços urbanos adaptados ao

elevado fluxo de pessoas; a deterioração dos recursos naturais e da paisagem (ARAÚJO, 2008, 2006, 2004; GELBCKE, 2006).

A crise econômica envolvendo o petróleo nos anos 1970, e as discussões sobre os custos socioambientais das dinâmicas de crescimento, ancoradas na produção industrial e tecnológica, promoveu discussões em torno de outro modelo de desenvolvimento, capaz de diminuir as desigualdades entre territórios e levar em conta a relação entre as dimensões social, econômica e ambiental (VIEIRA, 2006; CARRIÈRE E CAZELLA, 2006).

A partir da realização de encontros e documentos - relatório "Limites do Crescimento" do Clube de Roma em 1971; Conferência Mundial de Estocolmo em 1972; relatório "Nosso Futuro Comum" em 1987; Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992; e Conferência Mundial Rio + 10 em Joanesburgo em 2002 -, propondo uma nova ordem internacional, com ênfase na qualidade de vida, na proteção dos recursos naturais, no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa, outro modelo de desenvolvimento começa a tomar forma.

Além da descentralização das indústrias - já estimulada na Europa dos anos 1960 -, outros setores econômicos foram potencializados em nome de um estilo de desenvolvimento endógeno, tais como, o setor agrícola através da formação de complexos agroindustriais e o turístico, contando com a disseminação de serviços e o aproveitamento das aptidões turísticas de áreas desfavorecidas, como as áreas rurais e de montanha (PUJADAS e FONTE, 1998; GELBCKE, 2006; SILVA, 2001).

As discussões sobre um novo modelo de desenvolvimento também criaram novos padrões de consumo, os quais foram incorporados pelo setor turístico no final de década de 1970, induzindo a elaboração de estratégias voltadas ao atendimento personalizado, ao fornecimento de equipamentos e serviços especializados, às propostas de espaços diferenciados, e à adesão ao discurso ambientalista, o qual, estrategicamente, reforçou a procura por espaços onde a natureza encontrava-se menos alterada, promovendo a interiorização do turismo, sob a roupagem de modalidades diversificadas, como turismo cultural, esportivo, rural, de saúde, de aventura, entre outros.

O lobby para a expansão da atividade tem se pautado no discurso da geração de emprego e renda, aumento de divisas para os países e como fator gerador de desenvolvimento. A maior consequência é uma explosão do setor em todos os níveis. Isto é tão verdadeiro que, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo é a primeira fonte de divisas em mais de um terço dos países do mundo, estando entre as cinco primeiras categorias de exportação em 83% dos países; gerando de 3 a 5 % do PIB mundial, e contribuindo diretamente para o emprego de 200 milhões de pessoas (PINCE, 2007). No Brasil, o setor representou o quinto item da pauta de exportações, tendo um crescimento de mais de 14% no total de divisas que ingressaram no país em 2007 comparado a 2006 (WTO, 2008).

Os dados mostram que o turismo é um dos maiores mercados do mundo, e vem promovendo vantagens econômicas consideráveis. Porém, é importante salientar que o crescimento do setor não determina retorno econômico e social para os locais que o acolhem. Por exemplo, os países do Sul não recolhem mais do que $\frac{1}{4}$ do dinheiro gasto durante a vinda de turistas, sendo os outros $\frac{3}{4}$ distribuídos entre as agências de viagens, companhias aéreas, hotéis e outras empresas internacionais (PINCE, 2007). Isto é consequência de um modelo de "mau desenvolvimento" (SACHS, 2007b), onde as desigualdades na distribuição da riqueza reforçam as diferenças sociais e econômicas, dificultando as iniciativas endógenas capazes de promover um outro modelo de desenvolvimento.

A partir desta constatação, o objetivo deste trabalho é discutir as perspectivas do turismo comunitário no quadro do “mau desenvolvimento”, onde a hegemonia da economia capitalista induz padrões de consumo que reforçam as diferenças sociais e econômicas, diminuem a diversidade cultural, dificultam as iniciativas endógenas e se apropriam dos recursos naturais. Nesse sentido, discutem-se os temas do desenvolvimento e do turismo ajustados à realidade das comunidades receptoras, utilizando como ilustração duas experiências práticas que auxiliam nossa reflexão.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é baseado fundamentalmente na vivência técnico-científica dos autores em duas experiências comunitárias concebidas no transcurso de uma década. Ele é uma tentativa de lançar um olhar crítico sobre o trabalho desenvolvido até o momento, suas peculiaridades em termos da promoção de outro padrão de turismo e estilos de vida.

Os recursos metodológicos utilizados foram dois. Primeiramente uma revisão da literatura especializada sobre os temas abordados, com o cuidado de selecionar, para insipiente enfoque do Turismo Comunitário, autores que vêm aprofundando sua conceitualização a partir das contribuições de diferentes áreas do conhecimento. O segundo foi baseado na pesquisa-ação, premissa pela qual o trabalho técnico é conduzido nestas experiências. Esta modalidade de pesquisa se traduz em uma estratégia de conhecimento teórico-prático que se insere na ação direcionada para uma aplicação prática, muitas vezes, imediata (THIOLLENT, 1998).

Para os fins deste trabalho, a condução científica da pesquisa-ação foi permeada pelo método da observação direta, que permite a captação dos acontecimentos no momento em que eles se produzem, sem a mediação de um documento ou um testemunho (PÁDUA, 1997; QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992). A aplicação deste método foi possível através das inúmeras incursões em campo realizadas pelos autores, os quais, além de pesquisadores, atuam como agentes técnicos nos dois casos aqui analisados, propiciando uma inserção ímpar na vida coletiva dos grupos estudados, favorecendo a obtenção de informações relativas ao “não-verbal”, ou seja, às condutas instituídas e aos códigos de comportamento, modos de vida e traços culturais e organização espacial dos grupos.

Zechner (2008) relacionou dez experiências que podem ser caracterizadas efetivamente como Turismo Comunitário. É interessante notar como este enfoque vem se disseminando no Brasil, uma vez que, daquelas, sete são projetos brasileiros – entre elas a Acolhida na Colônia analisada neste trabalho -, outras três são chilenas e apenas um costarriquenha. É curioso que todas se situem na América Latina. Segundo os autores, isto ocorre porque seus municípios de origem foram capazes de implementar atividades econômicas de baixo investimento e, ao mesmo tempo, geradoras de postos de trabalhos não especializados e de baixo impacto ambiental.

Portanto, o critério utilizado para a escolha das duas experiências tratadas neste trabalho diz respeito a sua relevância como exemplos de experiências de Turismo Comunitário – ou mesmo como um embrião deste, como é o caso da Lagoa de Ibraquera. Além disso, elas nos ajudam a internalizar os matizes deste enfoque, pois não estão focadas apenas no turismo, mas constituem espaços de gestão comunitária do patrimônio social e ambiental capazes de envolver agentes de diversas áreas acadêmicas e da sociedade civil organizada.

O projeto da Acolhida na Colônia, criado em 1999, tem como base o desenvolvimento

do turismo rural na agricultura familiar, combinado à produção agro ecológica de alimentos e às agroindústrias familiares. Seu mérito recai sobre o estímulo de um padrão produtivo alternativo e diversificado que viabilizou uma forma diferente de operar o turismo.

O trabalho com a comunidade pesqueira do entorno da Lagoa de Ibiraquera, embora ainda incipiente no que tange o turismo, assenta-se na pesquisa socioambiental participativa com comunidades tradicionais (pesca e agricultura) e procura estabelecer alternativas sócio-produtivas conciliadas com o desenvolvimento sustentável. O turismo comunitário é considerado um vetor estruturante e de convergência em um sistema produtivo alicerçado na pesca (processamento de pescado), agroecologia e artesanato. Atualmente procura-se agregar esta experiência à rede Acolhida na Colônia.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, aborda-se a crise socioambiental e sua relação com as novas teorias do desenvolvimento, de maneira a estruturar a base epistemológica e teórica para uma proposta diferenciada de turismo. Na segunda, procede-se à apresentação de duas experiências: uma de agro turismo (Acolhida na Colônia), desenvolvida por um grupo de agricultores familiares das encostas da Serra Geral, interior de Santa Catarina; e outra de turismo ecológico comunitário (Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera), desenvolvida em uma comunidade de pescadores do entorno da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Garopaba e Imbituba, litoral centro sul catarinense. Finalmente, discutem-se as possibilidades e os entraves das experiências apresentadas sobre a ótica do turismo comunitário, a fim de enriquecer a discussão sobre esta temática ainda insipiente.

3 MATRIZ TEÓRICA DA ABORDAGEM DE TURISMO COMUNITÁRIO

Nos próximos sub-capítulos serão apresentados os aportes conceituais que compõem a matriz teórica que alimenta o enfoque de Turismo Comunitário. Inicia-se pela compreensão das implicações da crise ambiental como condicionante para a reflexão sobre o desenvolvimento, em nosso caso, para contribuir com uma proposta de turismo diferenciada, integradora e em consonância com a sustentabilidade socioambiental. Critica-se a noção de desenvolvimento atrelada ao crescimento econômico, e suas implicações para a estruturação de um padrão turístico internacional massificado. Como contraponto, sugerem-se as bases conceituais do enfoque de Turismo Comunitário, entendido como um instrumento heurístico para a construção de um outro estilo de vida.

3.1. A crise socioambiental

O enfoque de Turismo Comunitário, tratado neste trabalho, tem como fundamento o reconhecimento da *crise socioambiental* contemporânea, implicando urgência da reflexão sobre os estilos de vida vigentes e sua relação com a base de recursos naturais (DUPUY, 1980; MORIN, 2002; SACHS, 1977, 2007a, 2007b; VIEIRA 2002).

Esta “crise” está diretamente relacionada à ideologia desenvolvimentista, a qual associa o desenvolvimento ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico (BUARQUE, 1990; CASTORIADIZ, 1987; FURTADO, 1981). Sachs (2007b) argumenta que, o progresso científico não cumpriu sua promessa de bem-estar generalizado para o conjunto da humanidade. Leonardo Boff (2007) convida à reflexão sobre a eficácia de uma “ciência sem consciência”. Segundo o autor, mesmo que haja certo consenso de que o enfrentamento da crise ecológica global exija soluções técnicas, são os critérios éticos que

nos fornecerão as opções socialmente desejáveis. Estas devem considerar o afeto e a sensibilidade em detrimento da razão no operar da “tecnociência”, dotando-lhe um sentido ético capaz de encontrar saídas libertadoras.

Desde Copenhague e da Rio-92, as teorias economicistas que colocam a questão do crescimento no cerne do debate vêm sendo questionadas, bem como a crença na difusão “automática” dos resultados do crescimento econômico. Atualmente os problemas sociais se revelam cada vez mais ancorados no nível político do que no técnico, tendo em vista que o poder tecnológico é hoje suficiente para oferecer à população mundial um nível razoável de conforto material.

Para Morin (2002), o desenvolvimento da economia nestes moldes contribuiu para a degradação da biosfera e degeneração psicossocial em termos afetivos, mentais e morais. O processo de mercantilização capitalista aplica valor monetário a todas as coisas e relações. A questão é que esta dinâmica não é capaz de conciliar as necessidades do desenvolvimento econômico com as necessidades dos indivíduos e do planeta. Ou seja, a mercantilização das esferas da vida é incompatível à ética necessária para superar a crise.

Um dos autores que contribui de maneira significativa para a reflexão sobre o desenvolvimento ético é Gandhi (SACHS, 1977). Para ele, vivemos a “síndrome do desenvolvimento”, a dominação, em termos socioculturais e econômicos dos países centrais sobre os países pobres, tendo como principais conseqüências a desigualdade e a degradação ambiental. Para ele, a base desta “síndrome” é a má distribuição entre e dentro das nações. Sua hipótese é que o caminho dos países pobres não pode ser uma imitação dos países industrializados. Seria ilusão acreditar que o estilo de vida da classe média dos países ricos possa tornar-se acessível à ampla maioria da população mundial. Portanto, os países pobres necessitam de opções econômicas e tecnológicas alternativas para a resolução de seus problemas ligados à pobreza.

Sachs (2007a) enfatiza que o crescimento da economia não resulta necessariamente na criação de empregos, a melhoria deste problema depende na verdade, da reorientação dos investimentos produtivos. A questão chave por ele proposta é: como conciliar o aumento de empregos e a gestão da qualidade do meio ambiente numa sociedade industrial e de consumo? Para este autor, o potencial dos países em desenvolvimento é dispor de força de trabalho abundante. Dessa forma, os projetos de desenvolvimento de longo prazo deveriam priorizar atividades que demandam grande número de mão-de-obra (SACHS, 2007b; SCHUMACHER, 1983).

A partir destas constatações foi elaborado o conceito de Self-Reliance para caracterizar a noção de “desenvolvimento ético”, na qual o cálculo econômico não orienta as escolhas sociais, mas sim a busca de auto-ajuda e auto-suficiência capazes de produzir autonomia nas decisões e controle nas relações externas dos países. Galtung (1977) pretendeu mostrar que a noção de Self-Reliance tem como fundamento a ruptura da relação de dominação centro-periferia, que pode acontecer através do rompimento de estruturas imperiais e coloniais históricas de dominação, e da construção de novas relações baseadas na cooperação que precisam priorizar comunidades próximas e, preferencialmente, que se encontram num mesmo nível socioeconômico. Isto tudo, a fim de facilitar o estabelecimento de relações horizontais, a máxima participação dos indivíduos envolvidos, e a criação de uma sociedade descentralizada. Por implicação, outra economia é necessária e pode priorizar o uso de recursos e produção para consumo local, lançando questionamentos sobre a necessidade de qualquer produto/ produção e opondo-se à concepção capitalista de mobilidade produtiva irrestrita no mundo globalizado.

É justamente no setor terciário, onde se insere a atividade turística, que se revela o potencial do Turismo Comunitário para a geração de emprego e renda, por se caracterizar como uma proposta que visa integrar outros setores produtivos – preferencialmente os

associados às formas solidárias e éticas de economia – e estar ajustado às necessidades socioambientais de curto e longo prazo.

3.2 Globalização e massificação do turismo

Nas últimas décadas o setor turístico experimentou uma vertiginosa expansão global, chegando a ser considerado a maior “indústria” da economia mundial. A ampliação geográfica do setor respondeu a processos distintos como: réplica às novas demandas de mercado; como estratégia de desenvolvimento local; e, sobretudo, para liberar e integrar mercados regionais (MOLINA, 2003).

Embora o seu papel na economia mundial seja considerável, é importante relativizar o discurso sobre o turismo e não superestimar seu potencial para o desenvolvimento local. Não são raros os exemplos de regiões onde o turismo não dinamizou a economia das áreas pobres nem distribuiu riqueza. Ao contrário, serviu como estratégia de acumulação monetária em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais, transformando o espaço local em mercadoria global.

Segundo Coriolano (2003), o turismo globalizado, voltado aos mega-empresendimentos que chegam aos países considerados em desenvolvimento, segue modelos concentradores de capital, e está associado à exclusão socioeconômica, à desvalorização das culturas nativas e à geração de impactos negativos em relação à base dos recursos naturais e sociais dos núcleos onde se instala. O resultado é que populações que no passado possuíam estilos de vida adaptados ao padrão de produção e consumo em escala humana, a partir da implementação da atividade turística em suas localidades são introduzidas em um padrão econômico exótico, no qual elas não são mais as protagonistas do desenvolvimento. Em suma, existe uma tendência de que a atividade turística se aproprie dos espaços e seus recursos naturais e culturais, transformando-os em atrativos, em produtos (OURIQUES, 2003).

O problema que se apresenta atualmente é como esta atividade econômica se insere nas propostas de desenvolvimento territorial sustentável e, se ela é capaz, através de um enfoque menos economicista e mais educativo, de promover melhor retorno social, econômico e ambiental para as populações locais.

3.3 O Desenvolvimento Territorial Sustentável

A territorialidade assume papel de destaque no quadro do Turismo. Segundo Zechner (2008), o território é o bojo onde estão contidos os modos de vida das comunidades, onde ocorrem as relações sociais entre os atores. Ele é o *locus* dos sistemas de representações, identidades, símbolos e mitos que as populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio ambiente em que vivem. O território construído coletivamente como identidade fornece os meios de subsistência e de produção e, ao mesmo tempo, cria uma dinâmica social que o diferencia das demais regiões.

A noção de território é frutífera para o Turismo Comunitário, pois possibilita a valorização de aspectos socioculturais capazes de serem apropriados pelas comunidades autóctones. Segundo Benko (2001), apesar da homogeneização do espaço mundial causada pela “globalização”, chama à atenção a capacidade de diferenciação e especialização que algumas regiões desenvolveram ao longo da históriaⁱⁱ. O sucesso de

algumas experiências regionais deve-se, à densidade das relações entre os atores locais que têm papel determinante na competitividade das atividades econômicas. Segundo Desjardins (1999), a competitividade na economia global corresponde ao atendimento de certas condições locais específicas, que não se reduzem à disponibilidade de fatores de produção sujeitos ao mercado global. O capital humano desponta como uma fonte do crescimento endógeno que se produz através da ação-coletiva.

Com isso a noção de território torna-se mais complexa e adquire outros significados. Pecqueur (2004, p. 5) distingue duas acepções conceituais: o território dado e o construído. O primeiro diz respeito:

(...) à porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. É de qualquer forma o território a priori; não se procura em analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte. Trata-se geralmente do território institucional: a região, o distrito, a província, etc.

O segundo:

(...) ao resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a posteriori. Significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios.

A noção de território passa a priorizar os aspectos relacionais presentes nas sociedades, os aspectos que dão vida ao espaço-lugar passam a fazer parte desta noção conferindo-lhe status interdisciplinar. Essa definição de território pressupõe espaços socialmente construídos na base de uma identificação coletiva dos atores sociais e de uma cultura partilhada.

O enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) é tributário destes significados e considera os seguintes aspectos: a) as iniciativas de atores locais no sentido de valorizar os recursos territoriais associados ao patrimônio natural e cultural, levando em conta simultaneamente a lógica das necessidades básicas, a prudência ecológica e a governança local; b) constitui-se um componente estratégico para a recuperação das áreas: econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas; c) estimula relações de complementaridade num mesmo território, entre as diferentes atividades sócio-produtivas, implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada; d) entende e leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental); e) busca alcançar a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional; f) não se reduz a uma simples justaposição de iniciativas locais, exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política (CAZELLA e VIEIRA, 2004).

No caso do Turismo Comunitário, reconhecer um território significa verificar suas particularidades em termos de potenciais para um turismo emancipador e educativo, suscetível de apropriação comunitária a partir de um projeto multissetorial capaz de criar vínculos entre determinados setores tradicionais da economia local.

3.4 O enfoque de Turismo Comunitário: inclusão social e autonomia comunitária

Diante da crise socioambiental e da massificação do turismo em nível planetário, o Turismo Comunitário surge como uma alternativa ao turismo de massaⁱⁱⁱ. Ele representa uma estratégia de desenvolvimento para grupos com menores condições de ingressarem de maneira autônoma (*self-reliance*) na cadeia produtiva do turismo. É uma modalidade de turismo que prioriza o lugar, a conservação ambiental e a identidade cultural.

A pobreza e a exclusão podem ser associadas ao turismo como efeitos da mundialização das relações econômicas, das relações políticas e dos instrumentos de regulação (CORIOLANO, 2005). O setor turístico se insere nesta dinâmica e segue as mesmas regras de inclusão e exclusão do mercado capitalista. Em nível global, são as mega operadoras quem dominam toda a cadeia produtiva do turismo internacional, induzindo a escolha de pacotes turísticos específicos em todo mundo, inclusive, fornecendo (ou não) visibilidade a destinos de diversas regiões e localidades em todos os continentes. Estabelece-se dessa forma uma relação de dominação global, onde os sistemas turísticos dos países menos desenvolvidos economicamente enfrentam um comércio desleal (Idem).

Ainda segundo Coriolano (2005), compreender as formas de inclusão e exclusão, e as relações de poder estabelecidas na produção do espaço turístico (território construído), implica compreender o próprio espaço como um construto social que expressa as contradições inerentes à produção da “mercadoria”. O espaço é, portanto, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os residentes. O turismo segue esta lógica, na medida em que poucos se apropriam dos espaços e dos recursos contidos no espaço; dos atrativos (praias, dunas, cultura tradicional, artesanato local, etc.) transformados em mercadorias. Regiões antes ocupadas por comunidades tradicionais dão lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às redes hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos. No bojo da produção do espaço do turismo trava-se uma luta entre diferentes atores sociais.

O turismo entendido como lazer elitizado é dirigido às pessoas que se mobilizam em função das tendências dos fluxos nacionais e internacionais. As grandes redes de serviços levam em conta as vantagens de localização representadas pelas riquezas naturais e pelo valor do patrimônio cultural e histórico de uma região (CORIOLANO, 2005, 2006).

Todavia, a riqueza do fenômeno do turismo está na diversidade de caminhos para a sua produção, nos conflitos que extrapola revelando a realidade da tensão entre os grupos sociais. É nesse nível que surge o turismo de base comunitária (CORIOLANO, 2005), voltado para os interesses dos residentes, dos pequenos empreendimentos, da valorização e manutenção da identidade local; ele é conduzido por grupos alternativos que se organizam para a elaboração e venda de novos produtos turísticos, novos roteiros, em “nichos” deixados de lado pelo capital global.

A abordagem do Turismo Comunitário vale-se do conceito de território, pois enseja o desenvolvimento do turismo a partir de critérios e prioridades pautadas nos interesses das comunidades autóctones; induzindo a construção de sistemas produtivos localizados através do fortalecimento de atividades tradicionais. Ela contesta o discurso oficial que expressa concepções idealizadas dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo, mascarando ou minimizando os impactos socioculturais e ambientais destes processos (IRVING, 2005). Além disso, o enfoque de Turismo Comunitário contempla formas pouco usuais de atividades turísticas, que em geral, escapam ao interesse do turismo/turista de massa, tais como as relacionadas à educação interior, terapias alternativas, pesquisa científica, entre outras.

Segundo Irving (2005), projetos bem sucedidos de desenvolvimento em geral estão associados à participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras; uma sociedade participativa é aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e uso fruto dos bens produzidos de maneira eqüitativa.

Sampaio (2006) propõe que o Turismo Comunitário siga os mesmos princípios da socioeconomia, que tenta criar alternativas à hegemonia da racionalidade utilitarista econômica. O foco é colocado na valorização e preservação de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda pela produção associativista, no revigoramento dos significados de virtude humana e do próprio Estado distanciado do racionalismo utilitarista e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais. Ou seja, o desenvolvimento de estratégias alternativas de turismo não enseja somente o lucro, mas busca a sustentabilidade entendida em sentido amplo.

A distribuição dos benefícios representa uma questão ética para o Turismo Comunitário, é preciso “socializar as oportunidades” (CORIOLANO, 2003, p. 43), estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local; propiciando o surgimento de pequenos empreendimentos que tragam benefício direto ou indireto à população local. Segundo Coriolano (2003, p. 43) “o desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana, e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social”.

Nesse sentido, os princípios do enfoque de Turismo Comunitário centram-se na preservação, valorização e indução de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda com base na produção associativista, no revigoramento dos significados de virtude humana e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais. Este último aspecto procura repelir o que Krippendorf (1989) denominou como “nativo mudo”, aquele que é pouco ouvido, negligenciado, excluído da tomada de decisão dos projetos turísticos; na medida em que enseja o protagonismo social das comunidades, como um agente ativo de todo o processo de desenvolvimento; passando do diagnóstico; pela identificação de propostas de intervenção, seu teste, avaliação e monitoramento permanente.

O Turismo Comunitário não é apenas uma atividade produtiva, mas procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos^{iv} de um território e procura estabelecer relações de comunicação/ informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora, como afirma Sampaio (2006, p. 6),

Ambos [visitantes e comunidades receptoras] considerados agentes de ação sócio-econômica ambiental que devem repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, e de um conjunto de funções produtivas e sócio-ecológicas, regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais.

O exame mais amplo da literatura vem revelando que o entendimento sobre o enfoque de Turismo Comunitário ainda é polissêmico. É comum que projetos de turismo ligados às comunidades sejam automaticamente qualificados como comunitários. Todavia, sugerimos que o Turismo Comunitário enseje aspectos tão peculiares que, no limite, são raras as experiências de turismo no mundo que vão ao encontro deste enfoque científico – como bem demonstrou Zechner (2008) em seu trabalho. Esta autora demonstra que as

experiências melhor sucedidas são aquelas que funcionam em rede. Por exemplo, a Prainha do Canto Verde, no Ceará, conectada a uma rede latina americana de Turismo Comunitário; a Acolhida na Colônia, que surgiu através da criação da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO); e a Lagoa de Ibiraquera, experiência esta que se consolidou através de um Fórum de Agenda 21 que congrega diversos setores da sociedade.

Nosso entendimento é que o Turismo Comunitário tende a emergir da mobilização da sociedade civil organizada, i.é, de maneira endógena, sem querer dizer com isso que não haja espaço para apoios e parcerias externas, pois é este mais um aspecto das experiências consideradas exitosas. As experiências apresentadas na seqüência deste artigo são resultados de dinâmicas sociais. Nelas o turismo surgiu como um produto, e não como um fim e si mesmo. O objetivo do turismo passa a ser o fomento de sistemas produtivos integrando setores da economia tradicional, como forma de garantir a autonomia das comunidades frente às oscilações do mercado mundial.

4 ESTUDO DE CASOS

4.1 O caso do agroturismo “Acolhida na Colônia”

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia nasceu a partir de um projeto desenvolvido nas Encostas da Serra Geral, no sul do Estado de Santa Catarina. A região é considerada um corredor ecológico por estar localizada entre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Nacional de São Joaquim. É caracterizada pela abundância de recursos naturais, com destaque para os recursos hídricos e a presença da Mata Atlântica relativamente preservada; pelo isolamento relativo em função das precárias vias de acesso; pela baixa densidade demográfica, com declínio da população total; pela presença preponderante de minifúndios; e por ter como base econômica a produção agrícola familiar (GELBCKE, 2006).

Diante deste quadro, onde o esvaziamento rural e as condições de vida dos agricultores familiares encontravam-se em declínio, a primeira proposta organizada de revitalização do espaço rural foi a constituição da Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), fundada em 1996 por um grupo de agricultores familiares de Santa Rosa de Lima. O objetivo primeiro dessa Associação foi a (re) conversão da agricultura convencional para a agroecológica, com o objetivo de atender uma nova demanda de mercado.

Com a contribuição de agentes externos, as ações foram moldando-se nos eixos de produção agroecológica e agroindústria familiar, cujos produtos adotaram a identidade: “éticos, orgânicos e provenientes da agricultura familiar”. O potencial humano, natural e paisagístico da região foi incorporado ao projeto da AGRECO, através da proposta do agroturismo. Muller (2001, p.130) descreve que:

Segundo a própria AGRECO, a integração agroturismo/agroecologia/agroindústrias rurais visa, além do aproveitamento das paisagens naturais e dos produtos da região, a valorização do aspecto humano, ou seja, o patrimônio sociocultural local...também os turistas não são vistos somente como potenciais consumidores dos produtos

agroecológicos in loco, mas também em seus centros de origem, atuando inclusive como difusores da proposta.

As estratégias promovidas pela AGRECO e demais entidades parceiras, voltaram-se à construção de um território com forte referência de identidade. Pretendeu-se construir o que Pecqueur (2006) chama de “cesta de bens”^v, cujos recursos ambientais e estruturais contribuem para qualificar o território e construir sua imagem condicionada às demandas de consumo. Bens e serviços criam, assim, uma oferta compósita associada ao lugar, sendo que o próprio território torna-se um produto a ser vendido.

Este conjunto de estratégias vinculadas a uma identidade (preservação ambiental, agricultura familiar, desenvolvimento territorial) foi preponderante para a constituição de um diversificado espaço de negociações, formado por parcerias junto ao poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal, junto às Universidades, ONGs e Associações, sendo uma delas a associação de agroturismo francesa, chamada “Accueil Paysan”.

A parceria com a Accueil Paysan proporcionou, nas Encostas da Serra Geral, uma reflexão semelhante àquela realizada pelos agricultores franceses sobre o papel da agricultura familiar na sociedade e no desenvolvimento dos territórios. Tanto lá como aqui o agroturismo surge não apenas como um complemento de renda para as famílias rurais, mas também uma prática educativa, capaz de promover a valorização da agricultura familiar através de convivências e vivências. A Acolhida na Colônia adotou os mesmos princípios da associação francesa e, o comprometimento com a produção agroecológica foi incorporado como estratégia de fortalecimento das outras iniciativas em curso na região das encostas da Serra Geral. Dentre os principais resultados apontamos: o aumento de renda, o desenvolvimento da agroecologia com reflexos positivos na saúde e qualidade dos produtos, o comprometimento com a preservação dos recursos ambientais, e o aumento da auto-estima dos agricultores.

Embora a experiência da Acolhida hoje seja uma referência no Brasil, despertando o interesse de agricultores de outras regiões (o que culminou em um projeto de expansão da rede para outras regiões do Estado), nas Encostas da Serra Geral ainda atinge um número reduzido de famílias (em torno de 30, contabilizando as agroindústrias). Este fato pode ser explicado por um conjunto de fatores: isolamento do lugar; infra-estruturas, como acesso, telefonia, saneamento básico e sinalização, deficientes ou inexistentes; baixo poder econômico dos agricultores, dificultando investimentos; mão-de-obra familiar escassa, sendo que turismo é sinônimo de sobre-trabalho; retorno econômico da atividade de médio/longo prazo; baixa auto-estima dos agricultores e pouca crença nos valores endógenos; caderno de normas^{vi} da Acolhida taxativo no que tange a obrigatoriedade da produção orgânica (GELBCKE, 2006).

Mas estes não são os únicos motivos que comprometem o desenvolvimento da atividade, o agroturismo é uma atividade pouco conhecida e foge aos padrões convencionais de consumo. A proposta de comunicação/intercâmbio entre o mundo rural e urbano nem sempre é o objetivo daqueles que visitam e são visitados. Um processo educativo é necessário para consolidar a experiência da Acolhida na Colônia, não apenas como um novo modo de fazer negócio ou uma atividade turística diferenciada, mas como um novo modo de vida, pautado em valores humanos, culturais, históricos e éticos. A compreensão dos agricultores sobre o papel que podem desempenhar para uma mudança de estilo de vida, ou um novo modelo de desenvolvimento, requer um processo participativo de amplo amadurecimento que está se consolidando.

Neste sentido, é importante traçar um paralelo entre as associações francesas e brasileiras. Na França os agricultores passaram por um processo de reflexão e amadurecimento sobre o assunto que durou mais de sete anos. Os tempos foram

respeitados e os princípios foram construídos coletivamente. As ações de desenvolvimento territorial do Estado facilitaram a implementação da atividade, através da qualidade das infra-estruturas e subsídios técnicos e financeiros para a atividade.

No Brasil, além da falta de infra-estrutura acima mencionada, os financiamentos de projetos são concedidos mediante metas, muitas vezes impossíveis de serem alcançadas em tempo hábil. Esta realidade acaba por excluir muitas famílias do processo, comprometendo o desafio da proposta de turismo comunitário, que visa diminuir as desigualdades sociais e dar oportunidade de trabalho e renda para as comunidades autóctones menos privilegiadas.

Colocar em prática uma iniciativa de turismo como a desenvolvida pela Acolhida na Colônia não depende apenas da ideologia de um grupo de agricultores. Está também vinculada: ao apoio do poder público, tanto através de políticas públicas, como do fornecimento de infra-estrutura básica; ao aceite e participação das comunidades onde a atividade está inserida; ao arranjo entre atividades nas propriedades e entre elas; à construção coletiva do processo; e ao trabalho educativo a ser realizado junto aos consumidores.

Pensando o conceito de desenvolvimento territorial sustentável, cabe ressaltar que o nível de sustentabilidade está diretamente relacionado à disposição dos atores locais em não se restringirem a objetivos econômicos, concebendo ações que integrem categorias sociais empobrecidas e preservem e/ou recuperem os recursos naturais (CAZELLA, 2006).

Neste sentido, a experiência da Lagoa de Ibiraquera, apresentada a seguir, traz subsídios interessantes que complementam a experiência da Acolhida na Colônia.

4.2 O caso da experiência de Turismo Comunitário do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera

Os municípios de Garopaba e Imbituba registram visitas esporádicas a seus balneários desde meados do século passado. O modo de vida tradicional e a rusticidade do lugar permitiam a convivencialidade entre “visitantes” e comunidades autóctones. Entretanto, a partir da implantação da BR-101 no litoral catarinense em 1970, começa a ser dinamizado o deslocamento de “turistas” atraídos pelas belezas naturais da região, dando início a um processo de urbanização intensiva e desordenada. Consolida-se o chamado “turismo de massa”, responsável por sérios impactos socioambientais. Neste cenário é que as oito comunidades da Lagoa de Ibiraquera^{vii} foram inseridas no contexto do desenvolvimento do turismo na zona costeira catarinense.

A especulação imobiliária passou a fornecer os contornos da expansão urbana, por exemplo, a venda de terras de moradores autóctones a preços hoje considerados irrisórios. O resultado foi: a diminuição de áreas agricultáveis; o rompimento das regras de pesca com sérias conseqüências para a desfiguração do sistema de gestão dos recursos pesqueiros: a passagem de um regime de gestão patrimonial dos recursos comuns para um regime de livre acesso aos recursos naturais (BERKES, 2005; HARDIN, 1973; SEIXAS, 2002; WEBER, 2000)^{viii}, possibilitando que o turismo se desenvolvesse marcado pelo ritmo da especulação imobiliária e por ações de curto prazo carentes de planejamento.

Os novos vínculos empregatícios criados - principalmente ligados a pousadas e restaurantes, sobretudo nos meses de verão – afastaram muitos pescadores e agricultores de suas atividades, principalmente o extrato juvenil da população. O rompimento do binômio tradicional pesca-agricultura implicou a criação de um contexto de dependência estrita ao setor turístico, reduzindo cada vez mais a autonomia sociopolítica das comunidades (Self-

Reliance). A hegemonia econômica regional passa a ser assumida por “empreendedores” oriundos de outras localidades – principalmente São Paulo, Porto Alegre e Argentina. Devido as suas carências em termos de qualificação profissional, os integrantes das comunidades competem de forma desigual na “indústria do turismo”, restando-lhes postos de trabalho com pouco prestígio social e retorno econômico.

Em nível local, a crise do desenvolvimento local está relacionada, também, à cultura política local, marcada pelo assistencialismo e o descaso das sucessivas gestões municipais com o setor. A criação de infra-estrutura básica de saneamento, saúde e transporte coletivo tem sido negligenciada sistematicamente, não existe um sistema de planejamento do desenvolvimento local visando objetivos de longo prazo. Nesse sentido, a população ressentem-se da ausência de um sistema de gestão socioambiental preventivo e proativo, capaz de responder aos desafios criados pelo turismo de massa.

Por outro lado, despontam na região movimentos de sociais (Associações, Fórum, ONG's, Conselhos, etc.) que têm promovido ações visando superar a crise socioambiental e as relações de dependência. A formação de parcerias tem desempenhado um importante papel para a construção de cenários alternativos de desenvolvimento. Dentre elas, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da Universidade Federal de SC. No ano de 2000 este Núcleo passou a concentrar suas ações de pesquisa, formação e extensão no entorno da Lagoa de Ibiraquera, no quadro do projeto “Diagnóstico Ambiental Participativo para a Criação de uma Agenda 21 Local”. A decisão foi tomada após uma avaliação das peculiaridades ecológicas da lagoa e também do potencial de auto-organização das oito comunidades sediadas no entorno da Lagoa de Ibiraquera para um trabalho de longo prazo de criação de uma área de pesquisa e extensão sobre DTS.

No ano de 2002, a partir de um esforço conjunto entre a equipe de pesquisadores do NMD/UFSC e do Conselho Comunitário de Ibiraquera, iniciam-se as atividades, com a formação do Fórum composto por representantes de órgãos da Administração Pública e da Sociedade Civil Organizada. Este Fórum conta com uma diretoria eleita em Plenária, e está estruturado em Grupos de Trabalhos temáticos, como: Saúde, Pesca, Educação e Turismo. São para eles que os problemas locais são trazidos para que sejam amplamente debatidos, e para que ações sejam planejadas e colocadas em prática. A consolidação deste Fórum representa um esforço de criação de um sistema alternativo de planejamento capaz de estimular a participação efetiva das comunidades na criação de uma estratégia coordenada de desenvolvimento territorial sustentável.

Neste sentido, foi criado em 2003 um Grupo de Trabalho em Turismo, composto por moradores que atuam direta ou indiretamente na atividade turística. Este GT foi inicialmente assessorado metodologicamente pela equipe do LaGOE/FURB. Recebeu também apoio de outros atores sociais e instituições locais, como a Colônia de Pecadores, Escolas Municipais e Estaduais, Associações de Moradores, representantes de órgãos governamentais e não governamentais.

O principal objetivo deste grupo é a criação de estratégias alternativas de desenvolvimento, tendo o turismo como vetor. Para tanto, foi realizado no ano de 2004 um evento comunitário-científico sobre a problemática do turismo local. O objetivo foi estimular uma modalidade de turismo ecológico-comunitário baseada no enfoque de DTS, buscando integrá-la às atividades da pesca, aqüicultura, agroecologia, agroindústria familiar e serviços, tendo em vista a busca de satisfação das necessidades básicas das populações de baixa renda.

Atualmente, este grupo conta com a parceria da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (mencionada no sub-item anterior) que, a partir de um projeto piloto desenvolvido junto ao Fórum da Agenda 21, visa à expansão de seu modelo para o litoral centro-sul do

Estado. No decorrer dos últimos dois anos vêm sendo realizadas reuniões no âmbito do grupo de turismo, com o intuito de ajustar a experiência à região. Houve algumas ocasiões de acolhimento comunitário nos moldes proposto pelo projeto. As mesmas indicaram a potencialidade local em termos de recursos humanos e naturais, para a viabilização de uma estratégia de Turismo Comunitário.

Outro indicativo da viabilidade desta proposta é a existência de uma série de instituições que se acredita poderem integrar um arranjo institucional regional voltado à implementação de um sistema socioprodutivo integrado, tendo o turismo como vetor estruturante, viabilizando, dessa forma, uma opção sustentável e ética de desenvolvimento frente ao modelo turístico atual.

Nesse sentido, podemos enfatizar a atuação de diversas ONGs com destacada atuação política e ambiental; experiências exitosas em Agroecologia, culminando na construção do Mercado do Produtor, onde produtos da agricultura familiar são vendidos diretamente ao consumidor; a formação de lideranças engajadas; a criação de um mosaico de Unidades de Conservação, haja vista a consolidação da Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca e a implementação de uma Reserva Extrativista (RESEX) e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), todas caracterizadas como instrumentos institucionais que permitem a gestão comunitária dos recursos locais; a implementação do Projeto Observatório do Litoral, o qual estabelece uma parceria com os Ministérios Públicos Federal e Estadual; o apoio científico da Universidade Federal de Santa Catarina; o Projeto Baleia Franca, que vem realizando estudos relativos ao comportamento da Baleia Franca, preservando e valorizando a história e identidade cultural do litoral centro-sul; e, finalmente, a proposta de expansão rumo ao litoral Centro-Sul da rede de agroturismo ecológico Associação Acolhida na Colônia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas experiências apresentadas, embora desenvolvidas em contextos diferentes, apresentam características comuns. Procuram retomar a autonomia das comunidades envolvidas e, para tanto, repousam na valorização da cultura, do saber fazer local e na inclusão social através do fomento a atividades socioprodutivas tradicionais. Ambas surgiram como resposta a um contexto de degradação socioambiental e são comprometidas com a conservação dos recursos naturais. Assim, ambas constituem um mecanismo de educação comunitária, valendo-se da troca de experiência como instrumento de aprimoramento das metodologias e técnicas utilizadas.

Contudo, algumas de suas distinções revelam as lacunas ainda existentes. Se no caso da Acolhida na Colônia foi construído, de maneira exemplar e inovadora, um sistema produtivo alternativo com base na agroecologia; na Lagoa de Ibiraquera o maior anseio ainda é a consolidação de um sistema produtivo capaz de integrar os setores tradicionais da pesca, agricultura (Agroecologia) e artesanato. Enquanto o mérito desta experiência foi a criação de um espaço de negociação - o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera - integrando o conjunto dos atores sociais; nas Encostas da Serra ainda não existe um espaço colegiado para as tomadas de decisão. Se no passado a crise do sistema produtivo (porco e fumo), aliada ao isolamento geográfico da região, favoreceu o surgimento de inovações socioprodutivas na região da Acolhida; no litoral o turismo de massa e a especulação imobiliária dificultam a implementação de qualquer iniciativa diferenciada de produção, pois existe um sério bloqueio para a criação de espaços demonstrativos no seio do sistema turístico dominante.

Entretanto, em consonância com a literatura especializada sobre o assunto, o relativo sucesso destas experiências se deve sobretudo ao apoio recebido por instituições de ensino, pesquisa e extensão. O que nos leva a concluir que, muito embora as duas experiências ensejem a autonomia das comunidades autóctones, elas somente se efetivaram mediante a cooperação entre setores sociais. Isto é um exemplo de que o desenvolvimento endógeno não exclui colaborações externas; segundo o conceito de *Self-Reliance*, pensar o desenvolvimento em nível local pressupõe a criação de alianças transescalares com outros setores da sociedade e até mesmo outros territórios.

Para seguir em frente e superar seus entraves, acreditamos que estas experiências carecem ainda de: i) políticas públicas direcionadas ao setor; ii) de uma melhor convergência entre oferta e demanda, que passa necessariamente por uma mudança do estilo de vida, mais voltado à valorização das identidades culturais, do que propriamente ao puro consumo; iii) de maior interação entre diferentes setores econômicos, dentro e fora das comunidades e; iv) do desenvolvimento de uma “cultura democrática”, ou seja, do empoderamento das comunidades nos processos de decisão. Este vem sendo o grande desafio das propostas de desenvolvimento sustentável: fazer frente aos interesses da economia hegemônica que, em muitos casos, se traduz em um obstáculo para o desenvolvimento de iniciativas alternativas no campo da organização social. Neste sentido, o poder público precisa cumprir seu papel, viabilizando infra-estruturas básicas como estradas, acessos, saneamento, sinalização, assim como, fornecer recursos financeiros e assistência técnica para apoio a projetos inovadores e dinâmicos.

Com relação ao mercado consumidor, é necessário um trabalho sério de conscientização, educação e esclarecimento sobre o significado do Turismo Comunitário. Não são raros os conflitos entre oferta e demanda, ou seja, entre o que é oferecido pelas comunidades de maneira simples e autêntica, e aquilo que os turistas esperam com relação às atividades e “conforto”. Para tanto, estratégias de marketing podem determinar o perfil dos visitantes, estimulando a criação de opções que explorem os aspectos que diferenciam o Turismo Comunitário do turismo convencional.

O enfoque e as experiências de Turismo Comunitário ainda são insipientes e têm um longo caminho a trilhar. No entanto, apresentam importantes elementos referentes à ética e à educação, indissociáveis do desenvolvimento territorial considerados sustentáveis do ponto de vista socioambiental, pois nesta modalidade de turismo a gestão eficiente dos recursos naturais e sociais passa a ser um objetivo e não apenas um meio. A educação assume lugar de destaque, pois propicia o entendimento dos limites da sociedade de consumo ao propor que “produtos” sejam substituídos por “valores” culturais, sociais, ambientais e históricos; e que o lazer pode estar presente na troca de experiência, nas coisas simples e cotidianas, na pura contemplação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Guilherme P. **Trajetória do turismo no litoral Centro-Sul de SC: impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável.** Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Rumo ao turismo ecológico-comunitário em Zonas Costeiras: estudo de caso na área da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba (SC).** Florianópolis, 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____; SAMPAIO, Carlos A. Cioce (Org.). **Relatório Técnico do I encontro de turismo**

em Imbituba e Garopaba (SC). Florianópolis, Blumenau: NMD/UFSC; LaGOE/FURB, 2004.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.1, n. 2, p.7-12, Mar, 2001.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S.; **Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED e SECCO, p. 47-72, 2005.

BOFF, Leonardo. Resgatar o coração. Disponível em: <<http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/index.cfm?alterarHomeAtual=1>>. Acessado em 06 de maio de 2007.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso**: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CARRIÈRE & CAZELLA. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. v.1, n.1, 2006, p. 23-48.

CASTORIADIZ, Cornelius. Reflexões sobre o 'desenvolvimento' e a 'racionalidade'. In: **As Encruzilhadas do Labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, 1987, p. 135-158.

CAZELLA, Ademir (2006). Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, 2006, p. 249-310.

CAZELLA, Ademir; VIEIRA, P. **Desenvolvimento territorial sustentável**: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina. Projeto CAPES/COFECUB n° 449/04. Florianópolis, 2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália I; *et al* (ORGs). **América Latina**: cidade, campo e turismo. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. A exclusão e a inclusão social e o turismo. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. v. 3, n. 2, 2005, p. 295-304.

_____; CRUZ LIMA, Luiz (ORGs). **Turismo comunitário e responsabilidade social**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DESJARDINS, Denis Requier. Agroindustria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados: cuáles puestas? **X Aniversario de PRODAR**: Quito, 1999.

DUPUY, Jean-Pierre. Da ecologia política à crítica radical da sociedade industrial. In: **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1980.

FURTADO, Celso. Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas. In: **O mito do desenvolvimento econômico**. Paz e Terra, 1981, p. 15-76.

GALLERO, A. L. El impacto de la globalización sobre el turismo. In: RODRIGUES, Adyr B (Org). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996.

GALTUNG, Johan. Self –Reliance: concepts, practice and rationale. IN: _____; *at al* (Org). **Self-reliance**: a strategy for development. Geneva: IDS, 1977, p. 19-44.

GELBCKE, Daniele. L. **Agroturismo e a produção do espaço nas Encostas da Serra Geral**: entre a idéia e a prática. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. In: D.H. Daly (Org). **Toward a steady-state economy**. San Francisco: D.H. Freeman, 1973, p. 121-132.

IRVING, Marta A.; *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 5, n.4, 2005.

MOLINA, S. **O Pós-Turismo**. São Paulo: Ed. Aleph, 2003.

MORIN, Edgar; KERN, Anne. **Terra Pátria**. Porto Alegre: SULINA, 2002.

MULLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico**: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima). Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1989.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Presidente Prudente, 2003. Tese - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP.

PÁDUA, Elisabete M.M. O trabalho monográfico. In: (Org). CARVALHO, Maria Cecília. **Construindo o saber**. São Paulo: PAPIRUS, 1997.

PECQUER, Bernard. Qualidade e Desenvolvimento Territorial: a hipótese da *cesta de bens* e de serviços territorializados. **Eisforia**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. V.1, n.1, p. 135-154, 2006.

_____. **O desenvolvimento territorial**: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Grenoble: Institut de Géographie Alpine, 2004.

PINCE, Robert. **Revue Et si on vivait autrement?**. Ed. Nature & Découvert. 2007.

PORTER, Michael. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**. Nov./dec., 1998, p. 77-90.

PUJADAS, R.; FONT, J. Ordenación y Planificación Territorial. Madri: SINTESIS, 1998.

QUIVY e Campenhoudt. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAUD, Cécile. **Indústria, meio ambiente e território**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense, Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da FURB, 1999.

RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In:_____, (Org). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC. 1996.

SAMPAIO, Carlos Ciоче; OYARZÚN, Edgardo; *Et al.* Arranjo Socioproductivo De Base Comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. In: **IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Caxias do Sul, 7 e 8 de julho, 2006.

_____. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SACHS, Ignacy. Gandhi and development: a european view. In: GALTUNG. J.; *et al.* **Self-Reliance**. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1977, p.45-57.

_____. A gestão da qualidade do meio ambiente e o planejamento do desenvolvimento: algumas sugestões para a ação. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: CORTEZ, 2007a.

_____. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: CORTEZ, 2007b.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

SEIXAS, C. S. **Social-ecological dynamics in management systems: investing a coastal lagoon fishery in southern Brazil**. Winnipeg, 2002. Tese. University of Manitoba.

SILVA, C. Integração de políticas rurais no desenvolvimento regional: a experiência da União Européia. **Geosul**, Florianópolis, v.16, nº 32, 2001, p. 51-72.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa. In: VIEIRA, P. F.; WEBER J. (Orgs), **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000, p. 115-146.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

VIEIRA, Paulo H. F. (2006). Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **Desenvolvimento Territorial Sustentável. Eisforia**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. v.1, n.1, 2006.

_____. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

WTO (2008). World Tourism Organization. UNWTO NEWS. Magazine of the World Tourism Organization. Year XXII, Issue 1/2008. Disponível em: <<http://www.unwto.org/media/mag/en/mag.php?op=1>>. Acessado em: 10 de abril de 2008.

ZECHNER, Talita C; Henríquez, C; Sampaio, Carlos C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenhas. In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008. **Anais**. Fortaleza – CE, 2008.

ⁱ Para Sachs (2007b), a crença keynesiana no progresso técnico-científico não se justifica mais, pois o crescimento econômico, a elevação da taxa de investimento, dado o nível de automatização da produção, não gera mais emprego; o homem é cada vez mais dispensável ao processo produtivo. Assim, nas sociedades modernas “a exclusão passou a liderar, superando a exploração (...) os ricos já não precisam mais dos pobres”. Não é verdade que a distribuição desigual dos frutos do progresso tecnológico e econômico resulta da escassez, mas sim da má organização social e política. Assim, a idéia de mau desenvolvimento sinaliza que um quadro de miséria e exclusão social é perfeitamente compatível com o crescimento da economia; o que o autor pretende destacar é que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos.

ⁱⁱ A partir dos anos 1980, estudos mostraram a existência de regiões dotadas de particularidades em sua dinâmica de desenvolvimento, como são os casos dos distritos industriais italianos, arranjos produtivos locais e clusters (PORTER, 1998, RAUD, 1999).

ⁱⁱⁱ O turismo de massa é aquele desenvolvido, geralmente, de forma sazonal, que procura obter a maior rentabilidade no menor tempo possível, privatizando os lucros de curto e médio prazo e socializando os danos sócios ambientais em longo prazo. Geralmente ele acontece em regiões com forte apelo paisagístico. No Brasil, caracteriza-se pelo apelo sol-e-mar (SAMPAIO, 2005). Nesta modalidade turística a comunidade, geralmente pouco qualificada profissionalmente, é utilizada como mão-de-obra barata, ocupando postos de trabalho com pouco prestígio sócio econômico (ARAÚJO, 2006, 2008).

^{iv} Os recursos específicos são o pivô de diferenciação de um território. Eles surgem somente no momento em que os atores combinam suas estratégias para resolverem um problema inédito. Não são comensuráveis, não podem ser expressos em preços e não são transferíveis. Resultam de uma longa história, de uma acumulação de memória, de uma aprendizagem cognitiva coletiva. Assim, são produtos de um território “revelado”, i.é, sua produção resulta de costumes, de uma cultura elaborada num espaço de proximidade geográfica e institucionalizada a partir de uma forma de troca distante da troca mercadológica, embora sua natureza não seja incompatível, mas complementar ao mercado.

^v Cesta de bens é “uma combinação complexa de diversos elementos que revelam a existência de “ecossistemas societários”, nos quais se coordenam inicialmente elementos de proximidade geográfica e, em seguida, de proximidade organizacional” (PECQUEUR, 2006 p.87).

^{vi} O Caderno de Normas da Acolhida define várias normas que devem ser respeitadas pelos associados, e que dizem respeito a hospedagem, alimentação, segurança e produção, garantido a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. A mais desafiadora delas é a conversão da produção agrícola convencional para orgânica, pelo menos no que diz respeito a alimentação servida aos turistas.

^{vii} Ela conta com uma área de aproximadamente 900 ha, localizada nos municípios de Imbituba e Garopaba, no litoral Sul de Santa Catarina, compreende a micro-bacia hidrográfica da L.I, abriga um conjunto de oito pequenas comunidades, com uma população estimada em 5.000 pessoas. Trata-se de uma região diversificada em termos paisagísticos, contendo dunas,

vegetação de restinga, planícies costeiras e uma pequena mancha de Mata Atlântica em estágio secundário de regeneração. Situa-se cerca de 20 km ao sul do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca.

^{viii} Os recursos de propriedade comum não podem ser divididos entre consumidores separadamente. Normalmente, quando acontece o uso individual, resulta na subtração da possibilidade de uso por outros, uma vez que o uso individual do recurso afeta as chances potenciais dos demais usuários.